Opinião socialista
PSTU
Ano VII - nº 136 - R$ 1,50
De 13/08 a 28/08/2002
NESTA EDIÇÃO
Suplemento Especial
ELEIÇÕES 2002
Páginas 7 a 10
ABAIXO O ACORDO COM O FMI!

DENÚNCIA

PERSEGUIÇÕES EM TERESINA

Aqui em Teresina, no Piauí, o Sindicato dos Servidores Municipais tem diretoria formada pelo PT (Fórum e Força Socialista), PSTU e independentes. Fizemos uma greve histórica de 27 dias em abril-maio.

Sou diretor eleito de uma grande escola municipal e presidente eleito do Conselho dos Diretores de Escolas Municipais e orientei através de ofício que os colegas diretores não registrassem faltas nos professores grevistas. Esta e outras atitudes estão me rendendo e a vários outros servidores perseguições sem precedentes e só comparáveis às do regime de exceção.

Sou militante do PSTU e fui exonerado do cargo de diretor eleito. Entramos com mandado de segurança e fui reintegrado. Em seguida, a prefeitura recorreu e a liminar foi cassada. Foi nomeado um diretor interventor que foi expulso pela comunidade de escolar apesar do Secretário Municipal de Educação ter enviado policiamento para espancar alunos e professores que faziam a resistência na escola.

Um pequeno detalhe: estamos recorrendo em segunda instância mas o secretário enviou um ofício me transferindo para outra escola (ilegalmente, é claro). Entraremos com um novo mandado de segurança para permanecermos na escola aguardando o resultado do julgamento na segunda instância.

Todos os núcleos do PSTU de Teresina estão engajados nesta resistência às demissões, transferências, exonerações, descontos indevidos de faltas entre outros. E estamos realizando discussões sobre a Alca nas escolas.

Um abraço,

Francisco Sinésio, de Teresina

SUMÁRIO

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81

CORRESPONDÊNCIA
Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
São Paulo - SP- CEP 04040-030
e-mail: *opiniao@pstu.org.br* Fax: (11) 5575-6093

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Eduardo Almeida, Euclides de Agrela, Júnia Gouveia, José Maria de Almeida e Valério Arcary

EDIÇÃO
Fernando Silva

REDAÇÃO
Euclides de Agrela, Fernando Silva, Luiza Casteli, Mariúcha Fontana

PROJETO GRÁFICO
Gustavo Sixel

DIAGRAMAÇÃO
Eduardo Lipo e Gustavo Sixel

REVISÃO
Dário Neto

PESQUISA E ACERVO DE IMAGENS
Paula Babenko

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Claudia Costa, David Landau, Emilio Madrid, Jaime Gutierrez, Rodrigo Ricupero, Wilson H. da Silva

IMPRESSÃO
GazetaSP - Fone: (11) 6954-6218

LANÇAMENTOS

O cartunista Marcio Baraldi, colaborador de várias revistas acaba de lançar dois livros de sua autoria. O primeiro, *"Moro num país tropiCAOS"*, pela editora Publisher Brasil, é uma coletânea de charges sobre o governo FHC, onde o cartunista não poupa críticas e esculhamba sem dó o atual governo.

O outro livro, "Todas as cores do humor", pela Edições GLS/Summus, é uma coletânea de cartuns GLS, ou seja, voltada para gays e lésbicas. É o primeiro livro do gênero no Brasil! O livro reúne dezenas de cartuns , quadrinhos e algumas crônicas bem-humoradas retratando o cotidiano do público GLS sem preconceitos.

Estes livros podem ser encontrados nas melhores livrarias ou também podem ser pedidos pelos e-mails: pbrasil@uol.com.br (o Tropicaos) e gls@edgls.com.br (o Todas as cores...).

MORO NUM PAÍS TROPICAOS
UMA COLETÂNEA DE CHARGES DE MARCIO BARALDI

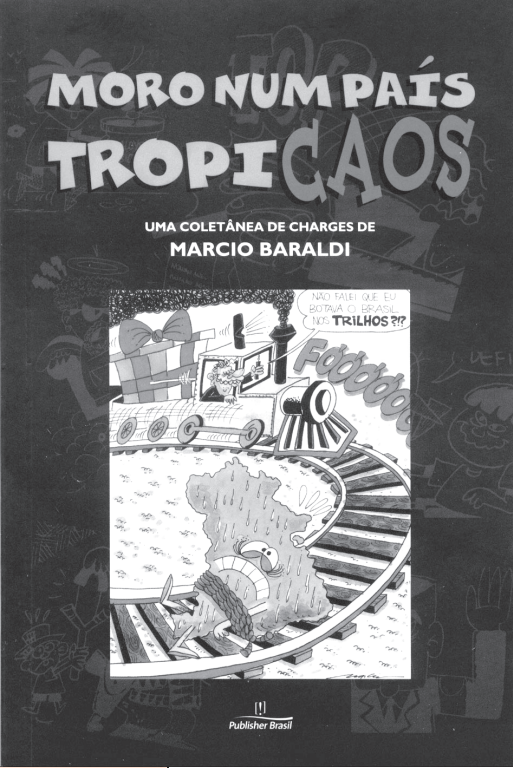
- Sabe, O'Neill, a manutenção da estabilidade já é um consenso entre os candidatos...

ASSINE O OPINIÃO SOCIALISTA

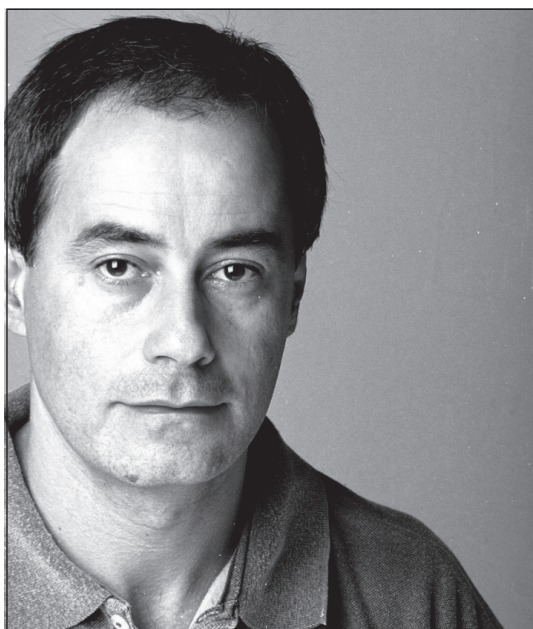
NOME
ENDEREÇO
CIDADE ESTADO
CEP TELEFONE
E-MAIL

24 EXEMPLARES
- 1x R$ 36,00
- 2x R$ 18,00
- 3x R$ 12,00
- Solidária R$ ....

48 EXEMPLARES
- 1x R$ 72,00
- 2x R$ 36,00
- 3x R$ 24,00
- Solidária R$ ....

Envie cheque nominal ao **PSTU** no valor da sua assinatura total ou parcelada para a Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP 04040-030

AQUI VOCÊ ENCONTRA O PSTU

- **SEDE NACIONAL** R. Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - SP - (11)5575.6093 - *pstu@pstu.org.br*
- **ALAGOINHAS (BA)** R. Alex Alencar, 16 -Terezópolis - *alagoinhas@pstu.org.br*
- **ARACAJU (SE)** Pça. Promotor Marques Guimarães, 66 A, cjto. Augusto Franco - Fonolândia *aracaju@pstu.org.br*
- **BAURU (SP)** R. Presidente Kennedy, 8-63 - Centro - (14)232.7537- *bauru@pstu.org.br*
- **BELÉM (PA)** R. Domingos Marreiras, 732 - Umarizal - (91)225.3177 - *belem@pstu.org.br*
- **BELO HORIZONTE (MG)** Rua Tabaiares, 31 - Floresta (Estação Central do metrô) (31)3222.3716 *bh@pstu.org.br*
- **BRASÍLIA (DF)** EQS 414/415 - LT 1 - Bl. A - Loja 166 - (61)224-2216 - *brasilia@pstu.org.br*
- **CAMPINAS (SP)** R. Dr. Quirino, 651 - (19)3235.2867- *campinas@pstu.org.br*
- **CAXIAS DO SUL (RS)** (54)9974-4307
- **CONTAGEM (MG)** Rua França, 532 Sala 202 - Eldorado
- **CURITIBA (PR)** *curitiba@pstu.org.br*
- **DIADEMA (SP)** R. dos Rubis, 359 - *diadema@pstu.org.br*
- **DUQUE DE CAXIAS (RJ)** R. das Pedras, 66/01, Centro
- **FLORIANÓPOLIS (SC)** Rua Nestor Passos, 104 Centro (48)223.8511 - *floripa@pstu.org.br*
- **FORTALEZA (CE)** Av. da Universidade, 2333 (85)221.3972 - *fortaleza@pstu.org.br*
- **FRANCO DA ROCHA (SP)** R. Benedito Fagundes Marques, 215 - Sala 2 - Centro
- **GOIÂNIA (GO)** R. 242, Nº 638, Qda. 40, LT 11, Setor Leste Universitário - (62)212-0326
- **JACAREÍ (SP)** R. Luiz Simão,386 - Centro - (12)3952-9550
- **JOÃO PESSOA (PB)** R. Almeida Barreto, 391 - 1º andar - Centro - *joaopessoa@pstu.org.br*
- **JUIZ DE FORA (MG)** Travessa Antônio Alves Souza, 16 - B. Santa Catarina (32)9966-1136/ 9979-8664
- **MACAPÁ (AP)** Av. Antonio Coelho de Carvalho, 2002 - Santa Rita - (96)9963.1157 - *macapa@pstu.org.br*
- **MACEIÓ (AL)** R. Inácio Calmon, 61 - Poço - (82)971.3749
- **MANAUS (AM)** R. Emílio Moreira, 821- Altos Centro - (92)234.7093 - *manaus@pstu.org.br*
- **MUCURI (BA)** R. Jovita Fontes, 430 - Centro (73)206.1482
- **NATAL (RN)** R. Dr. Heitor Carrilho, 70 Centro Natal - (84)201.1558
- **NITERÓI (RJ)** R. Dr. Borman, 14/301 - Centro - (21)2717.2984 - *niteroi@pstu.org.br*
- **NOVA IGUAÇU (RJ)** R. Cel. Carlos de Matos, 45
- **PASSO FUNDO (RS)** XV Novembro, 1175 - Centro - (54)9982-0004
- **PELOTAS (RS)** (53)9104-0804 - *pstupelotas@yahoo.com.br*
- **PORTO ALEGRE (RS)** R. General Portinho, 243 (51)3286.3607 - *portoalegre@pstu.org.br*
- **RECIFE (PE)** R. Leão Coroado, 20 - 1º andar - Boa Vista - (81)3222.2549 - *recife@pstu.org.br*
- **RIBEIRÃO PRETO (SP)** R. Monsenhor Siqueira, 711 - Campos Elíseos - (16)637.7242 - *ribeiraopreto@pstu.org.br*
- **RIO GRANDE (RS)** (53)9977.0097
- **RIO DE JANEIRO (RJ)** *rio@pstu.org.br*
  - **Praça da Bandeira** Tv. Dr. Araújo, 45 - (21)2293.9689
  - **Zona Oeste** Estrada de Monteiro, 538 - Casa 02 - Campo Grande - RJ
- **SANTA MARIA (RS)** (55)9989.0220 - *santamaria@pstu.org.br*
- **SALVADOR (BA)** R.Coqueiro de Piedade, 80 - Barris - (71)328-6729 *salvador@pstu.org.br*
- **SANTO ANDRÉ (SP)** R. Adolfo Bastos, 571 Vila Bastos - (11)4427-4374 *santoandre@pstu.org.br*
- **SÃO BERNARDO DO CAMPO** R. Mal. Deodoro, 2261 - *pstusaopaulo@ig.com.br*
- **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP)** R. Mário Galvão, 189 (12)3941.2845-*sjc@pstu.org.br*
- **SÃO LEOPOLDO (RS)** R. São Caetano, 53
- **SÃO LUÍS (MA)** (98)276.5366 / 9965-5409 - *saoluis@pstu.org.br*
- **SÃO PAULO (SP)** *saopaulo@pstu.org.br*
  - **Paraíso** R. Nicolau de Souza Queiroz, 189 - (11)5572.5416
  - **Zona Sul** **Santo Amaro:** R. Cel. Luis Barroso, 415 -(11)5524-5293 **Campo Limpo:** R. Dr. Abelardo C. Lobo, 301 - piso superior
  - **Zona Leste** Av. São Miguel, 9697 Praça do Forró - São Miguel - (11)6297.1955
- **SUZANO (SP)** Av. Mogi das Cruzes,91 - Centro (11) 4742-9553
- **TEREZINA (PI)** R. Quintino Bocaiúva, 778/n.
- **UBERABA (MG)** R. Tristão de Castro, 191 - (34)312.5629 *uberaba@pstu.org.br*

Acordo com o Fundo Monetário é inaceitável

A grande imprensa comemora o novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e propaga que o país receberá 30 bilhões de dólares. A *Folha de São Paulo*, por exemplo, traz como título do seu editorial de 08 de agosto a manchete: "Em boa hora". A capa do jornal *O Estado de São Paulo* do dia 9 de agosto estampava: *"Acordo causa euforia no Brasil e no mundo"*.

Por outro lado, os principais candidatos à presidência da República, Serra, Ciro, Garotinho e, inclusive Lula declararam apoio ao mesmo. Lula deixou claro que o acordo não só era inevitável como também veio em boa hora.

O que a grande imprensa e os principais candidatos à presidência da República não dizem é que os trabalhadores não verão nem a cor nem sentirão o cheio de um único dólar, muito pelo contrário. Para a classe trabalhadora, este acordo significará mais cortes nos gastos públicos com saúde e educação, devido ao aumento do chamado superávit primário para 3,75% do PIB até 2005. Representará mais 1 milhão de desempregados, mais privatizações, arrocho salarial, fim das leis trabalhistas e aumento do custo de vida, que vem sendo puxado para cima pelos impostos e tarifas públicas.

A grande imprensa e os principais candidatos à presidência da República não dizem que a garantia de um acordo que durará no mínimo 15 meses, significa que todo o primeiro ano do futuro governo federal estará envolvido na "blindagem" dos "contratos" fixados no apagar da luzes do governo FHC. Isso comprometerá toda a política econômica e engessará o Orçamento, impedindo inclusive o cumprimento de suas promessas de campanha, porque uma parcela cada vez maior das finanças estatais estará sendo canalizada para o pagamento da divida pública com os grandes bancos e especuladores.

O FMI não "emprestou" 30 bilhões de dólares a fundo perdido. O novo acordo trata-se de uma faca no pescoço. Indica que o imperialismo quer evitar a quebra imediata do Brasil, para poder impor a ALCA. A contrapartida será a aceleração da ALCA e entrega total do país. Pela frente vem a privatização do BB, da Petrobrás, a entrega da Base de Alcântara...

LULA SE RENDE

Que Serra e Ciro aceitem o acordo como o FMI é não só previsível mas uma obviedade. Porém, a rendição completa de Lula é incrível. Se, antes de ser governo, o PT aceita um acordo desses, significa que está fraudando a vontade dos trabalhadores e do povo pobre, pois estes olham para a esquerda - e em particular para Lula - na esperança de mudanças radicais na política econômica e social que lhes garanta melhores condições de vida.

Lula chegou a afirmar, referindo-se ao acordo, que *"não tem coisa que eu sou mais contra do que ir ao dentista, mas tenho de ir de vez em quando"*. Com essa declaração esquece de um "pequeno" detalhe: que o dentista FMI, enquanto garante que os banqueiros conservem seus dentes de ouro, deixa o povo cada vez mais desdentado.

É a primeira vez na história que o PT dá aval a um acordo com o FMI. Ao aceitar-lo, está sendo conivente com os cortes para as áreas sociais, com a demissão do funcionalismo, com o desemprego, o arrocho e fome. Enfim, com o pagamento da dívida externa e com a colonização do país.

Os sindicatos, os movimentos popular e estudantil, os sem-terra devem exigir do PT e de Lula que denunciem o acordo e rompam com o FMI.

TRABALHADORES DEVEM PREPARAR A LUTA

A quebradeira neoliberal avança com a violência de um furacão sobre a América Latina. Agora foi a vez do Uruguai, onde reinava até há algumas semanas uma aparente calmaria.

Lá, como na Argentina, o governo ao invés de deixar de pagar a dívida externa, proibir a remessa de lucros para o exterior e estatizar o sistema financeiro, resolveu expropriar as economias dos trabalhadores e da classe média com um grande confisco para seguir cumprindo com as ordens do Fundo Monetário, remunerando os capitais especulativos e parasitários.

No Brasil, diante da crise, o imperialismo, o governo e a burguesia buscam com o novo acordo com o FMI também garantir que as eleições de outubro não ocorram em meio a uma onda de mobilizações operárias e populares como temos assistido por toda a América Latina, coisa que também é corroborada por Lula e pelo PT que se negam a levantar a necessidade da ruptura com o FMI.

A mobilização dos trabalhadores e do povo pobre pode derrotar o acordo com o FMI, impedir a ALCA e impor o não pagamento da dívida externa. A campanha e o plebiscito contra a Alca devem agitar o país durante os meses de agosto e setembro com panfletagens, atos e manifestações. É de fundamental importância que se incorpore nestas atividades a denúncia do acordo.

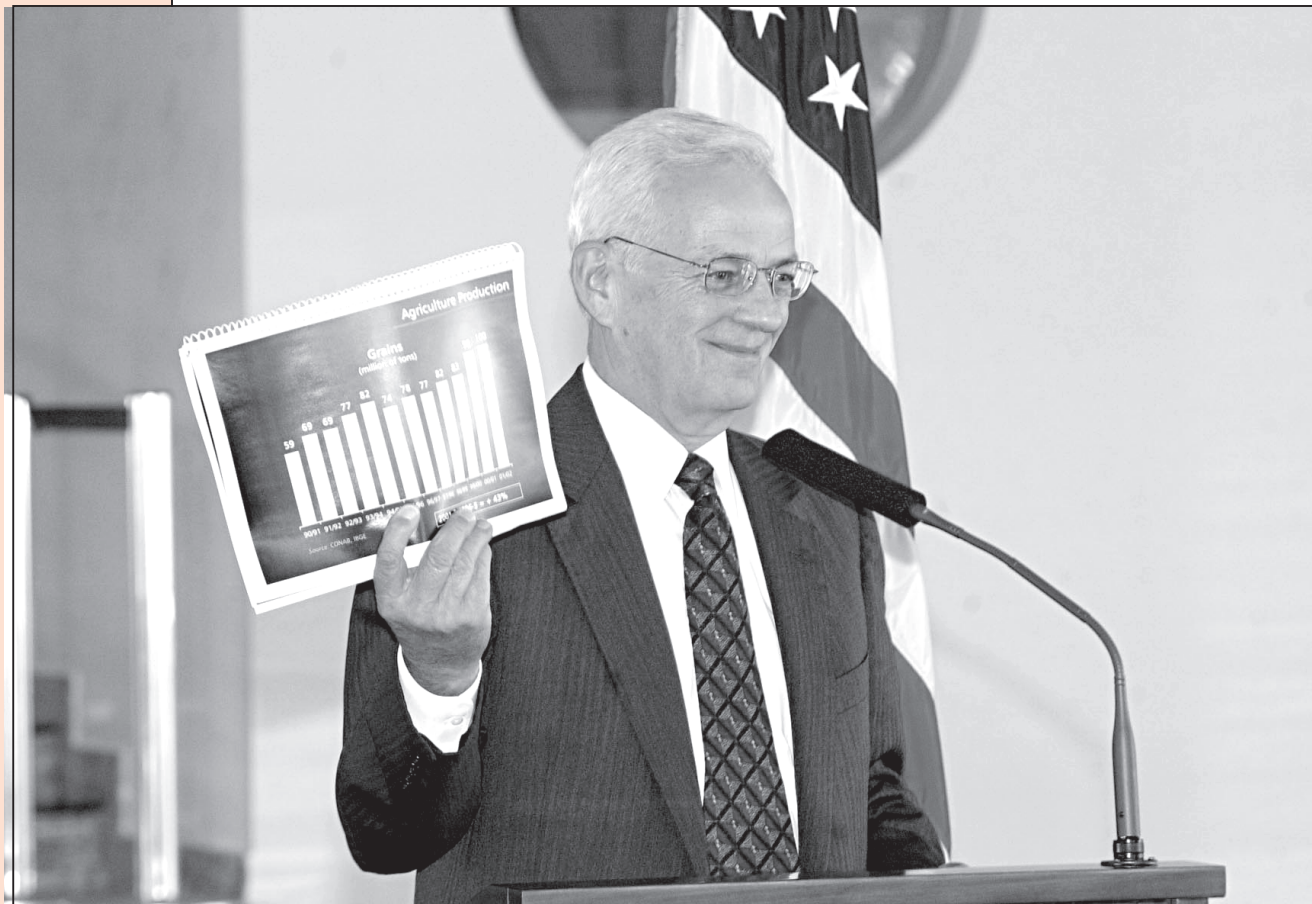
A partir da campanha contra a Alca deveremos buscar construir uma jornada de lutas que continue depois das eleições. Seja lá quem for o novo presidente, na medida em que imponha a continuidade do acordo com o FMI, se submeta à Alca e siga pagando a dívida externa, ele deverá ter como resposta a mobilização dos trabalhadores e do povo.

FORA DAQUI O FMI!

PASSEATA contra a presença de O'Neill e o FMI, em Buenos Aires. Os trabalhadores brasileiros devem seguir o exemplo de luta do povo argentino

Acordo com o FMI é calote no povo para enriquecer banqueiros

UM GOLPE CONTRA A SOBERANIA DO PAÍS, OS TRABALHADORES E A MAIORIA DO POVO. ESTE É O PRINCIPAL SIGNIFICADO DO NOVO ACORDO QUE O GOVERNO FHC FECHOU COM O FMI

DIVULGAÇÃO / AGÊNCIA BRASIL

O'NEIL
O Secretário do Tesouro dos EUA "visitou" o Brasil para definir a política econômica do próximo governo

MARIÚCHA FONTANA,
da redação

O novo acordo do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um "empréstimo" de 30 bilhões de dólares e a autorização de que o BC use mais 10 bilhões de dólares reservas do país para intervir no câmbio, rebaixando assim o piso da mesma para 5 bilhões. Um montante, portanto, de 40 bilhões de dólares. Claro, o troco dos 5 bihões que ficam nas reservas não resiste nem a um mês de ataque especulativo.

Pelo acordado, os 10 bilhões de dólares das reservas e mais 6 bilhões estarão disponíveis imediatamente, o restante estará disponível para o futuro governo.

O acordo, portanto, envolve o futuro presidente da República que sairá das urnas em outubro. Se este contar com a anuência dos principais candidatos – como parece contar – a declaração feita há algum tempo pelo mega-especulador George Soros de que quem elege o presidente do Brasil são os EUA não estará tão longe da verdade.

A política econômica do futuro governo – no essencial – já estará definida antes das eleições, seja quem for o eleito. E tal política será a continuidade piorada do reinado FHC-Malan-FMI. Porque os "empréstimos" do FMI não são de graça. Pelo contrário, paga-se muito caro por eles. Em "troca" do empréstimo, o país assume uma série de compromissos com os banqueiros e com o próprio Fundo.

Quando fechávamos esta edição, a "Carta de Intenções" ou os compromissos assumidos em troca do empréstimo não haviam sido ainda inteiramente divulgados. "Apenas" foi divulgada uma das exigências do FMI: o país tem que manter um superávit primário mínimo de 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB)... até 2005!

Ou seja, além dos mais de 60% do Orçamento que o governo já destina ao pagamento da dívida pública, dos 40% que sobram ele deve "economizar" um valor igual a 3,75% do PIB. Isso é uma montanha de dinheiro. Segundo dados do Boletim da Auditoria Cidadã da Dívida, só nos três primeiros meses de 2002 o governo Federal acumulou um "superávit primário" (isto é, o desvio de recursos em dinheiro vivo do Orçamento para o pagamento de juros) de 18 bilhões de reais, mais do que foi gasto com todas as áreas sociais.

Pelas "Cartas de Intenções" dos acordos anteriores dá para se ter uma idéia do "ajuste fiscal" que será jogado nas costas do povo. Este é o terceiro acordo com o fundo em menos de quatro anos.

Nesse período, o que ocorreu foi um aumento extraordinário do desemprego, do arrocho salarial, corte de verbas sucessivas nas áreas sociais e nos investimentos, uma batelada de novas privatizações (Banespa e outras jóias da coroa). Pagamos mais de 350 bilhões de dólares de juros e parcelas, sendo que apenas neste ano estamos pagando 116 bilhões de reais de juros. E a dívida diminuiu com isso tudo? Não. Pelo contrário, cresceu e muito. A dívida consolidada da União passa de 1 trilhão de reais. A dívida interna total (incluindo estados e municípios) já ultrapassa 750 bilhões de reais. E a externa já ultrapassou os 208.978 bilhões de dólares ■

UTI que vive de armar colapsos

Abusaram por estes dias da imagem de UTI. Para todos os efeitos, o Brasil estaria recebendo uma transfusão de sangue verde (dólares) para "evitar a morte" e se "recuperar". Até o PT falou em UTI. Segundo esse pessoal, ir para a UTI do FMI não é bom porque indica que o paciente Brasil está muito doente, mas é necessário porque do contrário ele morre.

Na verdade o FMI proporciona a morte e não a cura. Até o insuspeito ex-chefe do Banco Mundial, Joseph Stiglitz, concorda que o FMI mata. Nas palavras dele "*O fundo está preocupado em ter certeza de que os credores serão pagos (...). Historicamente o que acontece é que em muitos casos graves, mesmo quando o FMI forneceu enormes volumes de dinheiro, a ajuda chega combinada com recomendações de políticas que na verdade enfraquecem a economia do país que entra em colapso meses depois. A magnitude do colapso acaba sendo ainda maior do que antes da ajuda, porque muitas coisas regrediram e questões que deveriam ter sido tratadas acabam ficando de lado.*" (declaração ao site *UOL News* em 7/8/2002). O dinheiro emprestado vai financiar o pagamento da dívida com mais dívida.

A contra partida do novo acordo com o FMI será a retirada de mais riquezas do país, especialmente do bolso da classe trabalhadora e dos mais pobres, com mais "ajuste fiscal". Não apenas está garantindo a continuidade do calote na tremenda dívida social, como está armado um mega calote contra o povo para o próximo ano, quando entraremos em novo colapso em meio às negociações da Alca ■

Financiando a fuga de capitais

A grana do novo acordo vai financiar também a montanha de dólares que especuladores, banqueiros, multinacionais e, inclusive, parte da burguesia brasileira estarão enviando nestes dias para o exterior.

Até abril deste ano saíram 7 bilhões de dólares do Brasil (entre dívida, remessa de lucros das multinacionais, etc). Só no mês de junho saíram 4,2 bilhões de dólares, a maior fuga de capitais e de dólares desde a crise cambial de 1999. Os números de julho serão muito piores. Basta dizer que só pelas contas CC5 (remessas cuja origem não precisa ser comunicada ao BC) saiu mais de 1 bilhão de dólares. Durante a crise de 1998 que explodiu em cheio em 1999, o governo torrou 48 bilhões de dólares das reservas do país com os especuladores, que levaram esse dinheiro pra fora.

O governo, ao invés de estancar a sangria e proibir a remessa de dólares, de lucros e suspender o pagamento da dívida, faz o contrário, pega mais dinheiro emprestado e se compromete a entregar mais riquezas e cortar mais gastos sociais. Favorecendo e indo na direção de acelerar a pressão pela implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) pois o acordo com o FMI deixará o Brasil ainda mais de joelhos ■

Eleição brasileira é refém do grande capital internacional

DIVULGAÇÃO/ AGÊNCIA BRASIL

ENTREGA. Armírio Fraga e Malan deixam Brasil mais uma vez de joelhos ... e comemoram

MARIÚCHA FONTANA,
da redação

O povo quer mudança. O FMI não. O FMI tem um candidato preferido para encarnar a continuidade (Serra) e buscará ajudá-lo a se eleger de todas as formas. Mas o FMI tem também um plano B e um C. O Plano B é Ciro Gomes desde sempre e, ainda mais agora, com Bornhausen (PFL) a tiracolo, os banqueiros não têm o que temer. O Plano C significa impor uma "blindagem" econômica e política tal – com a anuência dos principais candidatos, é claro! - seja quem for o futuro presidente, o governo de fato seguirá nas mãos do Fundo Monetário.

Essa "blindagem" não é improvisada. Ela vem sendo construída há anos e é parte fundamental do projeto de recolonização do Brasil e da América Latina. Alguns estudiosos chamam esse processo de Democracia Colonial: a casca – as eleições - tem aparência democrática; mas conteúdo – as instituições - vai sendo tomado pelo imperialismo.

Para além dos efeitos conjunturais - se o acordo favorece ou não a candidatura Serra, por exemplo - o povo está na pior, na oposição e não vai ver nadinha dessa grana. O que está ocorrendo é uma fraude, um estelionato eleitoral, antes mesmo das eleições.

Paul Blustein, jornalista do "The Washington Post", em entrevista à Folha de São Paulo, comentando o novo acordo com o FMI, quando este ainda estava nos cueiros, disse " (...) *O que está sendo feito é muito inteligente. Está havendo uma concordância vaga dos candidatos e, com base nela, o Fundo está avançando nas negociações. Se, depois, os candidatos não quiserem aceitar o acordo, serão culpados pelo colapso dos mercados. (...) é uma espécie de chantagem, muito refinada. Minha sugestão é a de que o governo – Malan, Fraga, Cardoso – pensou nisso tudo. Você pode dizer que é uma maneira suja de prosseguir, mas por outro lado, essa escolha dá ao povo opções claras. E também aos candidatos. Eles aceitam as condições do acordo ou as conseqüências do colapso*".

A única coisa em que ele está errado é que o acordo dá ao povo opções claras. Com o povo não são discutidas as conseqüências do acordo na sua vida.

Mas os candidatos sim têm opção: ou rompem com o FMI e com a burguesia ou aceitam a chantagem e ajudam a transformar as eleições numa farsa completa.

UM SHOW DE MANIPULAÇÃO

Antes mesmo do acordo com o FMI, a campanha eleitoral já não tem sido nada democrática, a começar pela exclusão de dois dos 6 candidatos dos debates e entrevistas na mídia. Ou seja, há o direito de candidatar-se, mas não há o direito de apresentar-se com um mínimo de igualdade em relação aos demais.

Agregue-se a isso o fato de que os principais candidatos têm programas muito parecidos e não debatem os reais problemas do país com o povo. O povo – os pataxós e donas de casa – é tratado como ignorante, incapaz de entender "temas complexos" como FMI, dívida externa, ALCA.

A campanha é uma peça de ficção e promessas vãs. As pessoas querem mudança, vão votar em promessas vagas enquanto recebem um ajuste fiscal na cabeça. Irão dormir acreditando em crescimento de 5 a 7% ao ano e acordarão com o país virando uma colônia com a ALCA, quinze dias depois da posse do novo eleito. Se o acordo com o FMI não for derrotado ou rompido, o povo votará por mudança e lhe entregarão continuidade piorada. Aí dirão que a culpa é do povo que não sabe votar ■

Nesse quadro ganha ainda mais importância a campanha em torno ao Plebiscito sobre a Alca, que precisa incorporar com força a denúncia do acordo com o FMI. E ganha importância também a candidatura de Zé Maria, do PSTU, como uma voz anti-imperialista e anticapitalista, que diz a verdade aos trabalhadores e ao povo.

A CONIVÊNCIA DO PT

A direção do PT tem sua responsabilidade diante do calote que estão armando contra o povo. Lula e o PT têm como chutar esse acordo e arrebentá-lo. Esse acordo é impossível sem a conivência do PT.

A imprensa tem noticiado que José Dirceu, presidente do PT, tem se reunido diariamente com FHC, enquanto Ciro fala com Fraga, Serra com Malan e Garotinho espera ser chamado por um deles. De Serra, Ciro e Garotinho os trabalhadores não devem esperar nada. Mas de Lula, os trabalhadores esperam muita coisa.

O PT tem optado por uma postura que, na aparência, é dúbia. Guido Mantega anunciou apoio ao acordo. O vice, Alencar, declarou que Lula respeitará os compromissos, porque o acordo é do Brasil.

Lula, antes do anúncio do acordo, dizia não ver problemas em acordos com o FMI, mas que a responsabilidade é do governo. Essa declaração tem gerado duas leituras. A imprensa diz: Lula apóia o acordo. Já várias sites de federações e sindicatos cutistas - especialmente os da esquerda petista - estampam: Lula diz que não assina acordo com o FMI.

Bom, agora fizeram um acordo que inclui metas a serem cumpridas pelo futuro governo. Se Lula e o PT mantém este acordo, significa a rendição completa ao imperialismo e também que farão um governo de continuidade. Essa história de que é possível mudar a política econômica e fazer um governo "sem ingerências" respeitando as imposições do FMI, só acreditando em Papai Noel.

Assim como não inventaram uma fórmula para fazer omeletes sem quebrar os ovos, também não existe jeito de realizar um "governo soberano" respeitando os compromissos assumidos com o Fundo Monetário ■

CUT e sindicatos devem exigir que Lula rompa com o FMI

Os Congressos da CUT e de muitos sindicatos se posicionaram claramente contra o FMI. Praticamente todos assumiram a bandeira de fora FHC e o FMI.

A Executiva da CUT, entretanto, ao invés de indicar o voto nos dois candidatos da classe trabalhadora (Lula e Zé Maria) e apresentar um programa a ser debatido com os mesmos, resolveu apoiar incondicionalmente Lula. É legítimo que o façam. Embora, na nossa avaliação, isso tenha sido uma decisão política equivocada.

Calar-se diante do acordo com o FMI e ficar em silêncio diante do comprometimento explícito de Lula com ele é inaceitável. Os trabalhadores e suas organizações têm que exigir a ruptura de Lula com o FMI ■

Receita para não romper com a submissão

“CRESCIMENTO ECONÔMICO CAPITALISTA”. ESTA É A RECEITA DOS GOVERNOS BRASILEIROS DESDE A DITADURA MILITAR, SINTETIZADA NA CÉLEBRE FRASE DE DELFIM NETO “CRESCER O BOLO PARA DEPOIS REPARTIR”. ESTE TAMBÉM É O EIXO DE SERRA, CIRO E GAROTINHO. A NOVIDADE É QUE A RECEITA TAMBÉM FOI ADOTADA POR LULA

EDUARDO ALMEIDA NETO,
direção nacional do PSTU

O eixo do recém lançado programa de Lula é assim descrito: *“A atuação essencial do nosso governo será, portanto, a busca incessante da retomada do crescimento econômico como meio privilegiado para a geração de empregos e a distribuição de renda”.* Qualquer comparação com Delfim não é mera coincidência.

Como resolver o problema do emprego? Como distribuir a renda? Com o governo, multinacionais, FMI, grandes empresários, trabalhadores, todos juntos numa aliança para garantir o crescimento econômico: *“Para mudar o rumo do Brasil será preciso um esforço conjunto e articulado da sociedade e do Estado. Esse é o único caminho para pôr em prática as medidas voltadas ao crescimento econômico”.*

Mas a experiência já demonstrou que mesmo quando a economia capitalista cresce, os problemas sociais não se resolvem. Durante o “milagre econômico” da ditadura, o país teve taxas de crescimento de 7 a 8% ao ano, às custas de uma enorme concentração de renda garantida pela repressão e pela tortura. Agora, depois de 20 anos de “democracia” e vários planos econômicos capitalistas, a situação só piorou. Com o Real, o país teve taxas de crescimento de 2% e ficou em quarto lugar no campeonato mundial de concentração de renda.

Mas a comparação com Delfim é um pouco abusiva... para Delfim. O padrão de acumulação capitalista dos tempos da ditadura era outro: nos períodos de auge econômico diminuíam as taxas de desemprego, para voltar a subir nas crises cíclicas.

Com os planos neoliberais o crescimento econômico pressupôs aumento do desemprego. Basta olhar setores como o automotivo para comprovar que o número de trabalhadores cai enquanto crescem a produção e os lucros, devido às novas tecnologias e a reestruturação produtiva. Além disso, na atual crise mundial, nenhum governo de país dependente tem como fazer crescer a economia sem romper com o FMI, o que o PT rejeita categoricamente. Por esse motivo falar em criar 10 milhões de empregos sem romper com o FMI, esperando crescimento econômico capitalista, é uma promessa tão falsa quanto os 8 milhões de empregos de Serra.

Já em relação à reforma agrária, Lula propõe realizá-la por meio do Congresso Nacional, em terras improdutivas, sem expropriar os latifundiários e pagando indenizações. Como garantir as verbas para a reforma agrária? Pelo crescimento econômico, ora... *“(...) o governo vai se orientar pela aplicação (...) de um plano progressivo de distribuição de terras, a partir dos excedentes de arrecadação gerados no processo de retomada do desenvolvimento.”*

PARA O PT O CRESCIMENTO ECONÔMICO É O ELIXIR PARA TODOS OS MALES DO CAPITALISMO

Como o programa de Lula pretende acabar com a fome? *“É possível erradicar a fome (...). Articuladas com uma política econômica que garanta uma expansão do Produto Interno Bruto de, pelo menos, 4% ao ano, esse objetivo pode ser conseguido em até uma geração.”* Ou seja, esperemos no mínimo uma geração, desde que com crescimento “sustentado” de 4% ao ano, para acabar com a fome.

UM PROGRAMA ADAPTADO ÀS EXIGÊNCIAS DO FMI

Lula recusa-se a assinar com o governo, o novo acordo com o Fundo, pois sabe que isto tira votos. Setores da esquerda do PT tentam passar essa posição de Lula como rechaço ao FMI. Ao contrário, Lula tem dito que não é contra o acordo com o FMI, mas contra assiná-lo como candidato. No primeiro debate da Bandeirantes, Lula disse que estava a favor de que FHC fosse ao novo acordo com o FMI. Para o PT, todos os acordos serão respeitados, inclusive esse.

Assim, na prática, o programa do PT aponta para a continuidade do que está aí, acrescentando algumas medidas sociais compensatórias, parte do mesmo esquema neoliberal. A renda mínima, por exemplo, abandona a elevação real do salário mínimo (que seria dobrado em quatro anos até o final da gestão Lula, ou seja, metade do que o DIEESE propõe), para propor uma renda ridícula, que permite que as empresas contratem com salário menor que o mínimo.

COMPROMISSO COM SUPERÁVIT PRIMÁRIO: MAIS ARROCHO

Os “superávits primários” são um dos pilares da política econômica de FHC.

Explicando: o Orçamento da União deve ter superávit’s (gastos menores que a arrecadação) para pagar juros e amortizações da dívida pública. Juntando o que arrecada (impostos, contribuições sociais, etc.) e diminuindo o que gasta (salários, investimentos, compras e serviços), o governo tem um superávit que é enviado aos banqueiros.

Essa é a origem da política de sete anos de arrocho e congelamento dos salários do funcionalismo e a base para os cortes dos orçamentos da saúde, educação, moradia, etc. O programa do PT esclarece que está de acordo com a manutenção dos superávits primários: *“Nosso governo vai preservar o superávit primário o quanto for necessário”* ■

RENATO BENVENUTTI

Lula assinaria o acordo com a ALCA?

Em relação a ALCA, o programa do PT repete o mesmo argumento da FIESP: *“O governo brasileiro não poderá assinar o acordo com a ALCA se persistirem as medidas protecionistas extra-alfandegárias, impostas há muitos anos pelos Estados Unidos.”*

Ou seja, o programa do PT não rejeita o acordo com a ALCA em si, mas melhores condições na venda de aço, soja e suco de laranja. O que significa poder aceitar a Alca, mesmo que reduza a nada a soberania nacional. Segundo o programa de Lula, o problema não é este, mas *“as medidas protecionistas extraalfandegárias”* que afetam setores da burguesia brasileira.

Esse é o motivo de fundo que levou o PT a abandonar a campanha do plebiscito contra a ALCA.

A direção do PT aposta no sentido das negociações sobre a ALCA diante de um possível governo Lula. Nós, junto com todos os milhares de ativistas que estão unidos na campanha do plebiscito, respondemos a Lula: Soberania não se negocia! Não à Alca! ■

Uma campanha a serviço dos interesses e lutas dos trabalhadores

DA REDAÇÃO
EUCLIDES DE AGRELA

O PSTU coloca sua campanha eleitoral a serviço da luta e da organização independente dos trabalhadores.

Participamos das eleições para demonstrar que só a luta muda a vida, que não há reforma possível deste sistema decadente e que os trabalhadores, que produzem toda a riqueza deste país através do seu trabalho, podem e devem governar.

Não acreditamos que através da via eleitoral obteremos grandes melhoras nas condições de vida da classe trabalhadora e do povo pobre deste país. Somente a ação direta e organização independente dos trabalhadores poderá por fim à exploração, à opressão, à fome, à miséria e ao analfabetismo.

Por isso votar no PSTU é votar contra o capitalismo e a democracia dos ricos, onde quem manda é o poder econômico dos grandes banqueiros, empresários e latifundiários e não a vontade soberana do nosso povo.

Votar no PSTU é votar naqueles que estão em cada luta, grande ou pequena, defendendo as reivindicações mínimas e imediatas da classe, ao mesmo tempo em que levantam a necessidade da ruptura como a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o não pagamento da dívida externa. Votar no PSTU é votar em quem propõe unir a esquerda socialista e combativa num novo partido da classe.

É um voto naqueles que, se eleitos, denunciarão as negociatas e roubalheiras nas assembléias legislativas e no Congresso Nacional, que receberão um salário não maior do que o de um operário especializado, que seguirão junto aos sindicatos, bairros operários, entidades do movimento popular e estudantil, subordinando sua ação parlamentar às lutas, interesses e as reivindicações mais sentidas dos movimentos sociais.

Nas páginas seguintes apresentamos a lista do candidatos do PSTU ao governo, senado, à Câmara Federal e às assembléias legislativas.

Na maioria dos Estados, de norte à sul do país, os trabalhadores podem contar com candidaturas de classe e socialistas.

MANOEL PEREIRA

Ato de Dayse no Rio

No dia 1º de agosto, 150 pessoas compareceram ao ato de lançamento da candidatura de Dayse Oliveira à vice-presidência do Brasil, realizado na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, em Niterói.

Para debater o tema “As eleições e a questão racial” foi composta uma mesa com a presença de Zé Maria, Heitor Fernandes (presidente do PSTU no município e candidato a deputado federal) e Florinda (candidata a senadora no Rio de Janeiro).

Na platéia, destacaram-se as presenças de vários representantes do movimento sindical, como da Associação dos Docentes da UFF, da Associação dos Funcionários da Saúde, do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação — do qual Dayse já foi dirigente — e do movimento estudantil.

O movimento negro se fez presente através do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Grupo Raça Ativa, de São Gonçalo, além de vários ativistas da região, que compareceram para conhecer as propostas da primeira mulher negra que concorre à vice-presidência do país.

Também estiveram presentes o vereador petista Paulo Eduardo Gomes e seu suplente Renatinho e participantes do Instituto Karl Marx, um grupo de formação e debates. O evento foi transmitido pela TV Comunitária de Niterói. **(Wilson H. da Silva)**

Suplemento especial

ELEIÇÕES 2002

A CAMPANHA DO PSTU DE NORTE A SUL

Em 19 estados e no Distrito Federal, o PSTU lança candidatos aos governos estaduais, a senadores e a deputados. De norte a sul do país, essas candidaturas, assim como todo nosso esforço militante, estão voltados para impulsionar a campanha contra Alca, denunciar o novo acordo com o FMI e levantar a bandeira do não pagamento da dívida externa.

Colados aos movimentos sociais, os candidatos estaduais potencializam também a candidatura de Zé Maria a presidente da República oferecendo uma alternativa que resgata a necessidade de ruptura com o imperialismo, de defesa do socialismo e das reivindicações dos trabalhadores.

Conheça aqui as candidaturas estaduais do PSTU.

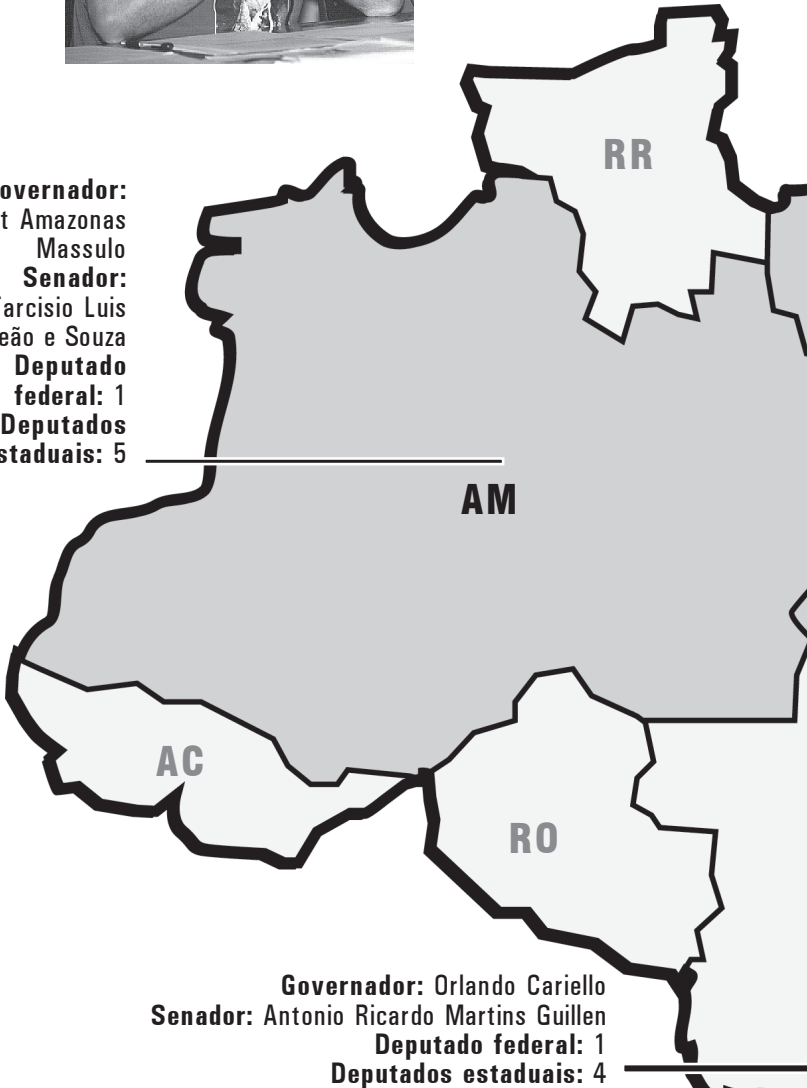
Candidaturas também na internet

Finalmente o site do PSTU (www.pstu.org.br) está novamente no ar. A partir da segunda quinzena de agosto, o site ganhará uma área especial para a campanha eleitoral do partido. Além das propostas e notícias da campanha presidencial, a página destacará um mapa do Brasil, que leva para a campanha de cada estado onde o PSTU lançou candidatos. Lá você poderá encontrar fotos, agenda e as biografias dos candidatos majoritários. Outra parte importante será o 'Entre na Campanha', onde os internautas poderão se cadastrar e dizer a atividade que gostariam de participar e em que parte do país.

Claito
Pará **Coff**
GOVERNADO
Senadores: João Orlando Galeno e Raimundo Wanderley C. Padilha
Deputado federal: 1
Deputados estaduais: 2

Governador: Hebert Amazonas Massulo
Senador: Tarcisio Luis Leão e Souza
Deputado federal: 1
Deputados estaduais: 5

Governador: Orlando Cariello
Senador: Antonio Ricardo Martins Guillen
Deputado federal: 1
Deputados estaduais: 4

Governador: Javan Rodrigues de Sousa
Deputado federal: 1
Deputado estadual: 1

São Paulo
Dirceu Travesso
GOVERNADOR SP
16
Senadores: Mauro Puerro e Renato Bento Luis
Deputados federais: 14
Deputados estaduais: 50

Júlio Flores
GOVERNADOR RS
16
Rio Grande do Sul
Senadores: Paulo Arletes Ric
Luis Evandro San
Deputados fede
Deputados esta

on
y
OR PA
Amaral
16

Governador: Edenilson Mendonça
Deputado federal: 1
Deputados estaduais: 2

Governador: Marcos Antonio Silva do Nascimento
Senador: Ramon Silva Gomes
Deputado federal: 1
Deputado estadual: 1

Raimundão 16

GOVERNADOR CE

Ceará

Senador: Aguiar Ribeiro
Deputados federais: 3
Deputados estaduais: 4

Governador: Geraldo Carvalho
Senadores: João Gervásio dos Santos Neto e Geracina Rebouças de Melo
Deputado federal: 1
Deputado estadual: 1

Governadora: Sônia Maria Godeiro
Senadores: Ana Célia Siqueira Ferreira e Fernando Antonio Soares dos Santos
Deputados federais: 2
Deputado estadual: 1

GOVERNADORA

Ana Lins 16

Pernambuco

Senadores: Kátia Telles e Carlos Pantaleão
Deputado federal: 1
Deputados estaduais: 7

PA AP MA PI CE RN PB PE AL SE TO MT BA DF GO MG ES MS SP RJ PR SC RS

Governador: Alexandre Arruda Ramalho Ribeiro
Senadora: Tânia Maria de Oliveira Brito
Deputados federais: 2
Deputado estadual: 1

Governador: Ricardo Sérgio Barbosa de Oliveira
Senador: Manoel de Assis da Silva
Deputados federais: 1 Deputados estaduais: 2

Governador: Heitor Pereira Alves Filho
Senadora: Dalvacir Zevedo de Góis
Deputados federais: 2 Deputados estaduais: 2

Governador: Carlos Zacarias F. de Sena Junior
Senador: Luis Carlos França
Deputados federais: 2
Deputados estaduais: 4

Governador: Silvio Pereira Felinto
Deputado estadual: 1

16 Cacau

GOVERNADOR MG

Minas Gerais

Senadores: Soraya Andréa Menezes e Amós Lopes de Carvalho
Deputados federais: 2
Deputados estaduais: 13

Governador: Claudemir Figueiredo Pessoa
Senador: Júlio César de Jesus
Deputados federais: 3
Deputado estadual: 1

...os Barela e ...tos de Sá
...rais: 2
...duais: 5

Governador: Gilmar Salgado dos Santos
Senador: Carlos Rogério Muller
Deputado federal: 1
Deputados estaduais: 4

Cyro Garcia 16

GOVERNADOR RJ

Rio de Janeiro

Senadores: Florinda Lombardi e Octacílio Pereira Ramalho
Deputado federal: 5
Deputados estaduais: 10

Suplemento especial

ELEIÇÕES 2002

Exemplos de uma campanha militante

São Paulo

As candidaturas em São Paulo têm se destacado pela participação em diversas lutas dos trabalhadores, como o apoio de Dirceu Travesso, candidato a governador, às ocupações de terra no Estado. Na Campanha contra a Alca, Dirceu participou do importante ato contra à entrega da Base de Alcântara, em 29 de julho. Nos dias 10 e 11 de agosto Cidinha Lamas, candidata à vice-governadora participa do seminário "A Alca e a questão da reforma agrária", em Bauru.

Rio de Janeiro

Cyro Garcia, candidato ao governo do Rio de Janeiro, inicia a campanha com 3% das intenções de voto. Também tem crescido a campanha dos candidatos ao Senado, Florinda Lombardi e Octacílio Ramalho. A primeira festa da campanha, em 2 de agosto, reuniu mais de 500 pessoas e contou com representações do PT e do MST. Entre as próximas atividades está o Seminário "Esquerda Pra Valer", de 16 a 18 de agosto, que será encerrado na Caminhada contra a Alca na praia de Copacabana.

Minas Gerais

A campanha do candidato a governador de Minas Gerais pelo PSTU, Cacau, tem forte presença nas portas das fábricas, hospitais, escolas e universidades. Cacau e Soraya Menezes, candidata ao Senado, aparecem nas pesquisas com 1% de intenções de voto.

Ceará

O candidato do PSTU ao governo do Ceará, Raimundão, alcançou 3% nas pesquisas de intenções de voto. O candidato ao senado Aguiar Ribeiro, tem obtido 2% . Raimundão esteve na linha de frente na preparação da Marcha Estadual contra a Alca, em 8 de agosto. Nos dias 16 e 17 de agosto ocorrerá o seminário de programa de governo para o Ceará.

Pernambuco

A campanha do PSTU no Estado é encabeçada pela candidata a governadora Ana Lins, que aparece nas pesquisas com 1%. Vários dirigentes sindicais petistas já declararam voto em Ana para o governo, Zé Maria para a Presidência e nos candidatos ao senado, Kátia Telles e Carlos Pantaleão.

Rio Grande do Sul

A campanha das candidaturas do PSTU no Rio Grande do Sul está concentrada no Plebiscito da Alca, com panfletagens e debates. Esta participação teve seu ponto alto, no último dia 2, na *Marcha dos Sem*. O candidato ao governo, Júlio Flores e o candidato ao Senado, Paulo Barela, chegam a 1% das intenções de voto em algumas regiões do Estado.

Pará

No Pará a principal atividade da campanha eleitoral do PSTU é a organização do plebiscito sobre a ALCA. Em 8 de agosto, aconteceu em Belém um ato contra a entrega da Base de Alcântara, com a participação de Zé Maria e do candidato ao governo do Pará, Claiton Coff.

ENTRA: O PARTIDO É TEU

Contribua com a campanha do PSTU

O PSTU não quer apenas o seu voto, quer que você se torne mais um militante socialista. Preencha o cadastro para contato com o companheiro que te vendeu este jornal. Adquira nossos materiais de propaganda: a revista Marxismo Vivo, os cadernos sobre a Alca e a Palestina, o programa eleitoral do partido, dentre outros. Participe das palestras e reuniões em nossas sedes.

Por outro lado, o PSTU não recebe dinheiro de banqueiros, grandes empresários e latifundiários. Todos os materiais de campanha, a produção dos programas de TV e rádio são garantidos com o esforço de nossos militantes, amigos e simpatizantes. Assim evitamos ficar com o rabo preso com a burguesia depois das eleições.

Sua contribuição financeira é de fundamental importância para o sucesso de nossa campanha. Discuta com o companheiro que te passou este jornal como que você pode contribuir financeiramente com o partido.

Esquerda socialista debate novo partido da classe

No âmbito da esquerda brasileira, a campanha eleitoral evidencia um forte processo de reorganização a partir da guinada política e programática do PT à direita, traduzida na aliança com o PL, no afastamento do plebiscito da Alca e no compromisso explícito (em atos, palavras e no programa) de manutenção dos "contratos" com o FMI, com o pagamento da dívida externa e agora com a recente sinalização de que não é um obstáculo ao novo acordo do governo com o FMI.

Esses fatos estão colocando na ordem do dia o debate em torno da formação de um novo partido da classe trabalhadora, capaz de unir a esquerda socialista em torno de um programa que resgate a ruptura com o imperialismo, a luta contra o capitalismo, a independência de classe, o internacionalismo, a democracia operária e a defesa da ação direta dos trabalhadores. Enfim, um partido que seja capaz de denunciar esta decadente democracia dos ricos e aponte como estratégia a necessidade da revolução socialista.

O primeiro grande exemplo dessa nova realidade é o manifesto chamando a um Encontro por um Novo Partido em Santa Catarina. A convocatória é assinada por militantes e dirigentes filiados ou ex-filiados ao PT e por militantes do **PSTU** de Florianópolis e São José (município próximo à Capital).

O **PSTU** saúda essa iniciativa. A unificação do melhor da vanguarda do movimento operário e popular sob uma mesma bandeira é uma necessidade inadiável diante da degeneração do Partido dos Trabalhadores. O surgimento de uma alternativa política e organizativa capaz de conquistar influência sobre as amplas massas trabalhadoras deste país contará, desde o início, não só com a adesão do PSTU, mas terá em seus militantes os mais aguerridos defensores dessa iniciativa.

Nesta página reproduzimos alguns trechos do manifesto de Santa Catarina, uma primeira iniciativa da qual esperamos que surjam muitas outras pelo país ■

Unir os socialistas em um novo partido

"Vivemos grandes transformações em nosso país e no mundo, principalmente nas últimas duas décadas e meia. Foi um tempo de muitas lutas, avanços e recuos, vitórias e derrotas, em que tivemos a oportunidade de colocar para o povo como um todo, muitas das referências socialistas. Enfrentamos a onda neoliberal com sua propaganda anticomunista muito mais elaborada, sutil e alavancada por uma aparente derrocada do socialismo em função do fim da URSS, da queda do muro de Berlim e de uma brutal ofensiva do capital em todo o mundo.

Esta conjuntura levou a que uma importante parcela dos dirigentes e militantes de nosso campo capitulassem diante do capital. De um lado os movidos por um sentimento de impotência e desilusão, de outro, os movidos por seus próprios interesses e que se encantaram com as facilidades da burocracia partidária e sindical.

A esmagadora maioria dos militantes e dirigentes socialistas brasileiros nunca se referenciaram nas experiências do chamado "socialismo real", muito pelo contrário, combatiam pela esquerda aquelas experiências e de há muito afirmavam o que efetivamente acabou acontecendo com todas elas.

Agora, estamos credenciados pelas nossas lutas, pelos nossos avanços, pela nossa coerência histórica, a lançar um GRANDE CHAMAMENTO A TODOS OS SOCIALISTAS que se encontram em partidos como o PT (em diversas correntes), o PCdoB, o PSB, o PSTU, o PCB, os que estão se desfiliando do PT, os independentes, os que se encontram em movimentos como o MST, a Consulta Popular, combatendo o racismo, a discriminação sexual, a destruição ambiental, no sentido de nos encontrar e discutir sobre uma **ALTERNATIVA PARTIDÁRIA** que unifique nossas lutas e nossos sonhos.

Para tanto, estamos convidando a todos para o PRIMEIRO ENCONTRO ESTADUAL em que discutiremos esta alternativa.

Um encontro dos lutadores em defesa da vida e da superação do capitalismo, dos que querem a unidade sobre um programa SOCIALISTA e não apenas para disputar espaços institucionais e levar ilusões aos trabalhadores, dos que não tiveram seus sonhos esmagados pelos escombros do vergonhoso Muro de Berlim, dos que não capitularam diante da propaganda anticomunista, dos que não se renderam ao fato consumado da globalização, dos que se mantêm ideologicamente firmes diante de acenos oportunistas de migalhas do poder do capital.

Por um partido SOCIALISTA no Brasil! Divulgue, debata, compareça!" ■

PRIMEIRAS ADESÕES

Ana Aquini – professora, ex-presidente do Sinte
André R. dos Santos – sindicalista Sintraturb, militante do PT
Cyntia de Oliveira e Silva – ex-filiada ao PT
Cristiano Moreira Filho – sindicalista Sintraturb
Domingos — ex-filiado do PT, militante do MOP
Fábio Ricardo da Silva – ex-sindicalista, ex-filiado do PT, militante do MNU Florianópolis
Fernando Pontes – professor da UFSC
Gilmar S. dos Santos – Sindicalista Sintae, militante do PSTU
Hugo Petia – militante do PSTU
Joaninha de Oliveira – suplente de vereador do PSTU Florianópolis
João Batista Nunes – ex-sindicalista, filiado do PT
Julcemar Guilardi – sindicalista Sintraturb, militante do PT
Lázaro Bregue Daniel – suplente de vereador do PT Florianópolis
Luiz Fernando da Silva – sindicalista Sintraturb, filiado no PT
Paulo R. Vieira – militante do PT
Ricardo Freitas – suplente de vereador do PT Florianópolis
Valdir Catarino Pessoto – filiado ao PT
Verônica Loss – ex-filiada do PT
Viviane Remor – sindicalista do Sinergia, militante do PSTU

Dia 31 de Agosto, em Florianópolis, na Assembléia Legislativa, às 9 h

Restatização da Embratel está na ordem do dia

A MAIOR QUEBRA DE UMA EMPRESA NA HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS – A WORLDCOM – EVIDÊNCIOU O DESASTRE QUE FOI A PRIVATIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL

FERNANDO SILVA,
da redação

A quebra da controladora da Embratel revelou uma das grandes picaretagens contra o povo e o patrimônio público. O sistema Telebrás foi privatizado por 22 bilhões de dólares (um preço subvalorizado para facilitar a entrega); empresas como Embratel, Telesp entre outras passaram para o controle de grandes grupos capitalistas internacionais, entre eles a WorldCom.

A Embratel foi vendida por 2,2 bilhões de reais. Uma bagatela então para uma empresa que controlava 40% da telefonia de longa distância, 75% das ligações internacionais, além da transmissão de dados e imagens via satélite.

Engana-se (ou quer enganar) quem diz que a Embratel nem foi e nem será afetada pela quebra da WorldCom. O preço de mercado da Embratel virou pó nas últimas duas semanas (de 2,2 bilhões de reais em 1998 para menos de 300 milhões de reais atuais). Tão grave quanto isso é a dívida da empresa que está na casa de 1,4 bilhão de dólares.

Mas, embora seja o lado mais evidente do fiasco da privatização das teles, a crise não se resume à Embratel.

A privatização e o controle de quatro empresas sobre o conjunto das telecomunicações, com a lógica do lucro acima de tudo, trazem grandes prejuízos à população. O monopólio estatal era atacado pelo alto custo dos telefones, pela baixa oferta de linhas e defasagem tecnológica da telefonia celular. Problemas que eram, na verdade, de responsabilidade dos governos neoliberais. Esses, abandonaram qualquer perspectiva de um projeto autônomo de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, preferindo a venda do setor ao capital internacional, em troca de um dinheiro que desapareceu no pagamento dos juros da dívida pública.

Pois bem, cresceram o número de linhas telefônicas e o custo da instalação de um telefone caiu. Mas qual foi o preço dessa "morderni-dade"? O preço médio das ligações subiu 445% entre 1994 e junho de 2002 (a inflação do período medida pelo Fipe foi de 106%). Mais: o valor da assinatura residencial aumentou mais de 3.700%! entre 1995-2001.

Algo parecido sofremos com as tarifas de energia elétrica. Até hoje somos obrigados a "recuperar" os lucros que as distribuidoras privatizadas perderam com a crise do "apagão" - através da manutenção do seguro "antiapagão" - e a assumir os aumentos de tarifas.

Acontece que na lógica neoliberal só cabem o lucro e a dilapidação. FHC e os novos donos das teles "esqueceram-se" que a queda contínua da renda e o enorme desemprego somados aos aumentos dos preços dos serviços telefônicos distanciam cada vez mais a população das "maravilhas" da privatização. Por isso, estima-se que 10 milhões de telefones estejam encalhados no país e o número de contas inadimplentes não pára de crescer.

Um dos negócios mais podres da era FHC, a privatização do sistema Telebrás, só poderia terminar dessa forma, com empresas de ponta de um setor estratégico do país na mão de tubarões multinacionais e às portas da quebradeira.

Para consertar tal desastre deve-se recuperar o controle estatal sobre o setor, começando com uma imediata reestatização da Embratel, ameaçadíssima de quebrar após a bancarrota da sua controladora, a WorldCom ■

RENATO BENVENUTTI

UM BURACO SEM FUNDO

A quebra da WordCom foi a maior da história dos Estados Unidos e dá uma dimensão da grave crise da economia norte-americana: fraudes contábeis, queda dos lucros, pulverização do valor da empresa no mercado de ações, contaminação no sistema financeiro. Veja aqui alguns números desta crise.

Valor da empresa em 1999*	120 **bi**lhões dólares
Valor da empresa em 07/02	240 **mi**lhões dólares
Dívida da empresa	41 bilhões dólares
Principais credores	41 bancos (dos EUA, Europa e Japão)
Principal credor	JP Morgan (US$ 17,2 bilhões)
Nº Trabalhadores	85 mil (60 mil nos Estados Unidos)

*valor cotado de mercado de ações

Defender os "contratos" ou as necessidades populares?

Se depender do governo FHC, do seu candidato e dos falsos candidatos de oposição (Ciro e Garotinho), não só a Embratel deverá ser repassada para outro grupo privado (pelas regras da própria Anatel isso só pode ser feito em 2003) como também entrará dinheiro público do BNDES para o conjunto das teles privatizadas, as quais estão em uma tremenda crise.

Por outro lado, chega a ser constrangedor o silêncio do programa da candidatura Lula a respeito da questão da reestatização das empresas privatizadas e do setor de telecomunicações, em particular. Nesse caso, apesar de denunciar o modelo atual, não propõe nada além de revisar a política tarifária e "*dentro dos marcos regulatórios e contratuais vigentes, caberá acompanhar e co-participar dos processos de fusão e incorporação das empresas, visando assegurar a manutenção dos espaços competitivos*" (Programa de Governo Lula 2002).

Ou seja, não passa pela cabeça de Lula a reestatização das empresas privatizadas. Contudo, a atual crise o colocará, caso seja eleito presidente, diante de um "probleminha": em 2003, as empresas em crise, como a Embratel, serão simplesmente repassadas para outros tubarões do setor privado, como prevê as regras dos "marcos regulatórios e contratuais atuais".

PROGRAMA DE LULA NÃO TOCA NO TEMA DA REESTATIZAÇÃO DAS EMPRESAS PRIVATIZADAS

A reestatização é uma bandeira legítima de modo geral, urgente no caso das telecomunicações e do setor elétrico e inadiável no caso particular da Embratel.

Uma empresa que já foi um patrimônio nacional-estatal está à beira da quebra, com graves conseqüências para o emprego de milhares de trabalhadores e milhões de usuários, pois sabemos para quem será repassada a conta de tal crise.

Portanto, a imediata reestatização da Embratel, sem qualquer indenização para os bandidos fraudadores que a controlam é uma questão de soberania nacional, de interesse público e de defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo pobre ■

Não à ALCA une brasileiros, argentinos e uruguaios

A "MARCHA DOS SEM", ORGANIZADA PELA CUT/RS, ADQUIRIU ESTE ANO CARÁTER INTERNACIONAL, COM A PARTICIPAÇÃO DE SINDICATOS DA ARGENTINA E URUGUAI

DAVID LANDAU,
de Uruguaiana (RS)

Ato em Uruguaiana (RS) reuniu, dia 2 de agosto, mais de cinco mil trabalhadores e estudantes do Brasil, Argentina e Uruguai para protestar contra a Alca. A "Marcha dos Sem" é organizada anualmente pela CUT/RS como expressão de luta dos sem-terra, sem-teto, sem-emprego, sem-reajuste de salários e sem-direitos sociais. Em sua sétima edição, ela foi promovida também pela CTA e pelo PIT-CNT (centrais sindicais da Argentina e do Uruguai, respectivamente). A cidade de Uruguaiana está na fronteira entre os três países.

Oitenta ônibus fretados pela CUT e sindicatos saíram de várias cidades do Rio Grande do Sul. A chuva fina e o frio, de 4ºC nas primeiras horas do dia, não desanimaram as pessoas que iam chegando em Uruguaiana.

A passeata brasileira saiu da Estação Ferroviária e percorreu as ruas de Uruguaiana em direção à cabeceira da ponte. Num dos momentos mais simbólicos, pouco antes do ato, a passeata brasileira encontrou com a argentina e, pouco depois, com os manifestantes uruguaios. O candidato à Presidência pelo PSTU, Zé Maria, falou aos manifestantes sobre os conflitos que hoje ocorrem nos países da América Latina, apontando que a radicalidade dessas lutas irá contagiar o Brasil. Depois da sua intervenção, militantes do PSTU queimaram a bandeira dos EUA ■

LEANDRO OURIQUE

PSTU participou da Marcha dos Sem

SEM-TETO

Ocupações contestam latifúndio urbano

LUÍZA CASTELLI,
da São Paulo

Na madrugada de 27 de julho, cerca de 600 famílias ocuparam um terreno de 360 mil m2 em Osasco, região metropolitana de São Paulo. *"É um latifúndio urbano numa cidade que tem um número elevado de pessoas sem moradia e não há nenhum projeto para resolver o problema"*, afirma Alex da Silva, membro da coordenação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Atualmente, 2.800 famílias estão no Acampamento Carlos Lamarca, dirigido pelo MTST e pelo Movimento de Luta Popular (MLP). Segundo Alex, a maior parte delas é formada por desempregados que não conseguem mais pagar aluguel. *"Continuamos buscando uma negociação junto à prefeitura e estudando um projeto com a comunidade local. Poderiam ser assentadas aqui até 4 mil famílias"*.

O candidato do PSTU ao governo do Estado, Dirceu Travesso, esteve na ocupação. *"Essa mobilização é parte da luta contra a política neoliberal, que leva ao desemprego e à falta de condições mínimas de vida, saúde, educação e moradia para a população. Nosso partido presta solidariedade aos companheiros do Acampamento Carlos Lamarca e de todas as mobilizações por terra e moradia em São Paulo"*, afirma. Dirceu também apoia o Acampamento Irmã Alberta, ocupação realizada em 20 de julho em terreno da Sabesp, na Rodovia Anhanguera ■

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Metalúrgicos apoiarão candidatos que são contra a ALCA, a dívida e o FMI

CLÁUDIA COSTA,
de São José dos Campos

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região realizou seminário do Conselho de Representantes, dias 27 e 28 de julho, em Caraguatatuba. Temas como a campanha contra a Alca, a organização no local de trabalho e os metalúrgicos frente às eleições foram debatidos no evento. Os 121 delegados presentes decidiram que o Sindicato estará à frente da campanha contra a Alca, para a qual foram aprovados todos os investimentos necessários à realização do plebiscito. Os metalúrgicos pretendem recolher milhares de votos nas fábricas e bairros da região.

Sobre as eleições, o seminário referendou as resoluções do 6º Congresso da categoria, nas quais é apresentado o programa "Um governo que rompa com o FMI, não pague a dívida externa e diga não à ALCA".

Baseados neste programa, os metalúrgicos defenderam candidaturas prioritárias, que serão indicadas oficialmente pela entidade. São elas: Renato Bento Luiz (PSTU), secretário geral do Sindicato e trabalhador da GM, para senador; Toninho Ferreira (PSTU), ex-presidente do Sindicato, para deputado federal; e Ernesto Gradella (PSTU), assessor de formação do Sindicato e reconhecido na categoria pelas lutas que travou em defesa dos trabalhadores quando parlamentar, para deputado estadual.

A decisão não impede que outros candidatos da classe trabalhadora apresentem suas candidaturas. Para presidente, foram indicados os candidatos da classe trabalhadora: Lula (PT) e Zé Maria (PSTU). Para ambos, será entregue a resolução na qual consta o programa político anticapitalista dos metalúrgicos. O mesmo será feito com os candidatos ao governo de São Paulo, José Genoíno (PT) e Dirceu Travesso (PSTU) ■

GREVE NA USP

Força Sindical reprime estudantes

RODRIGO RICUPERO,
de São Paulo

Estudantes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP foram agredidos a socos, pontapés e cadeiradas por militantes da Força Sindical de São Paulo no dia 1º de agosto. A agressão aconteceu durante ato promovido pelos sindicalistas em apoio à candidatura de Geraldo Alckmin (PSDB) ao governo do Estado.

Os alunos da FFLCH estão em greve desde 27 de abril. Querem a contratação de 259 docentes e uma política que garanta a qualidade de ensino. Até o momento, a reitoria ofereceu apenas 92 contratações para os próximos dois anos. Diante do impasse, os estudantes foram ao ato de apoio a Alckmin para, de forma pacífica, reivindicar a reabertura de negociações. Foram recebidos pelos "sindicalistas" presentes com violência, tiveram suas faixas e cartazes rasgados e várias pessoas ficaram feridas. Tudo isso, como explica a nota de esclarecimento divulgada pelos alunos, "sob os olhos passivos do governador e de seus assessores" ■

Em defesa do Quilombo de Alcântara

RESISTÊNCIA E LUTA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS ENFRENTAM A INSTALAÇÃO DA BASE DE ALCÂNTARA E DENUNCIAM SUAS CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS E SOCIAIS PARA A REGIÃO

WILSON H. DA SILVA,
da Secretaria de Negros e Negras do PSTU

Mais de 300 anos depois do Quilombo de Palmares ter se tornado um símbolo da resistência e da luta contra a opressão colonial e escravocrata, estamos diante de uma situação que, em muitos sentidos, sintetiza os dias de hoje: o imperialismo norte-americano, dentro de seu plano de recolonização da América Latina — cujo ponto central é a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) — quer apropriar-se, com a cumplicidade do governo FHC, do Município de Alcântara, no Maranhão, uma terra remanescente de quilombos, para transformá-la numa base militar.

LINDAURO GOMES/AE

Hoje, Alcântara já é uma região militarizada. Em 1980, o governo do Maranhão desapropriou quase metade das terras do município (cerca de 50 mil hectares) — deslocando cerca de 500 famílias, a maioria descendentes de quilombolas, para "agrovilas" — e criou o CLA (Centro de Lançamento de Alcântara), como parte do projeto aeroespacial idealizado pela ditadura. Em 1991, o presidente Collor ampliou a área expropriada em 10 mil hectares.

Esse processo significou um profundo golpe na organização social e econômica da região. Antes da instalação do CLA, a população cultivava a terra em roças comunais, tinha a pesca como forma complementar de subsistência e mantinha suas tradições seculares. Com a chegada dos militares, as terras das "agrovilas" — impróprias para o cultivo — foram divididas em lotes individuais distantes dos cursos d'água. Para se ter uma idéia do grau dos desmandos, hoje, quando os jovens de Alcântara casam, são proibidos de construir novas casas, tendo que residir com seus familiares.

MAISA MENDONÇA

Essa longa história de desmandos, desapropriações e confiscos resultou no que Maria Luisa Mendonça, diretora da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos chamou de "genocídio étnico", já que a fome e a miséria têm se alastrado pela região. Isso, contudo, não ocorreu sem que houvesse resistência. Dando continuidade à história de lutas que marcou a região, as comunidades rurais e quilombolas de Alcântara, com o apoio de entidades como o MST, têm se mobilizado contra a ocupação de suas terras.

Num primeiro momento, as reivindicações giraram em torno das profundas mudanças que ocorreram com a implantação do CLA: indenização justa, deslocamento para terras férteis em quantidade suficiente para o sustento das famílias e acesso à água. Na medida em que se percebeu que o bem-estar do povo da região não fazia parte dos planos do governo, a resistência cresceu e transformou-se em um repúdio generalizado à ocupação. Foram anos e anos de bloqueios de estradas, barricadas e passeatas que se confrontaram com uma situação extremamente difícil: a completa militarização do município, protegido como área de segurança nacional.

BARRAR ESTA VERGONHOSA ENTREGA

Essa situação só tende a agravar-se com o acordo que prevê a cessão da base "temporariamente" para os Estados Unidos lançarem foguetes e satélites. Assinado em maio de 2000, o acordo concede aos EUA o controle total sobre a base e permite aos norte-americanos desenvolver programas sigilosos, além de realizar operações sem o conhecimento das autoridades brasileiras. Em suma, Alcântara tornaria-se um enclave ianque em nosso território. Para que não paire dúvidas sobre isso, até mesmo os crachás de acesso à área seriam emitidos exclusivamente pelos ianques.

Em troca de tudo isso, o governo brasileiro receberia a absurda quantia de 34 milhões de dólares por ano, que sequer poderiam ser empregados no desenvolvimento da pesquisa espacial brasileira.

O que os EUA pretendem, na verdade, é ampliar seu projeto de recolonização da América Latina, reeditando aqui a ocupação de territórios, como já ocorreu, por exemplo, em Guantânamo (Cuba), em Porto Rico, na Costa Rica, no Equador (onde os EUA podem até bloquear o espaço aéreo da base ocupada) e está em curso na Colômbia.

O PSTU participa ativamente da campanha em defesa de Alcântara e defende a manutenção da pergunta sobre esse tema no plebiscito da ALCA.

De acordo com Dayse Oliveira, candidata à vice-presidente pelo partido "a defesa de Alcântara é mais que a defesa da soberania. Também é a defesa da resistência e luta quilombola. Por isso mesmo, só podemos repudiar a postura da direção do PT que se retirou do plebiscito alegando estar incorreta a inclusão da pergunta sobre Alcântara.

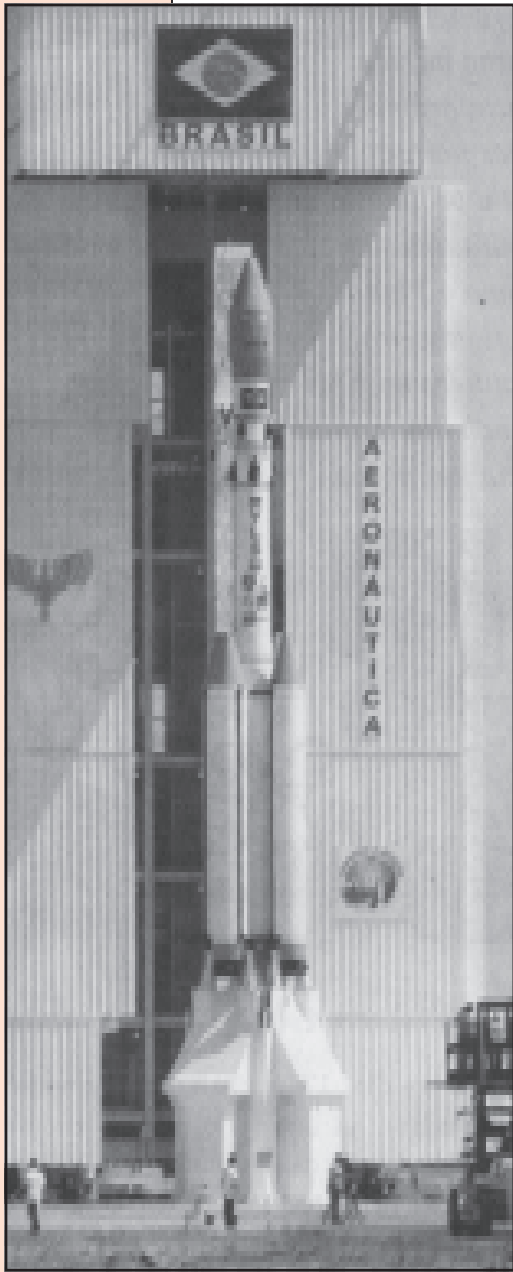
O PSTU pensa o oposto. Alcântara é uma demonstração concreta dos planos dos EUA para a América Latina. A campanha em defesa da soberania nacional tem sido um instrumento fundamental de mobilização" ■

Uma história de resistência

O município de Alcântara tem cerca de 20 mil habitantes e ocupa 120 mil hectares no litoral maranhense, a 22 km (de barco) de S. Luis. Habitada originalmente por índios Tupinambás e ocupada pelos franceses até 1616, a região tornou-se uma área de produção de algodão e cana-de-açúcar até o século XIX, o que implicou na presença de um enorme contingente de negros escravizados.

Por volta de 1830, o aprofundamento da crise econômica, causada pela queda do preço do açúcar, e por uma profunda crise política no Império deram origem a uma série de rebeliões em todo país. Foi nessa época que aconteceram movimentos como a Cabanagem (Pará, 1835-1840), a Revolução Baiana (1833), a Revolta dos Malês (Salvador, 1835) e a Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul, 1835-1845).

Grande parte dessas rebeliões tinha à sua frente o povo marginalizado e explorado. No caso do Maranhão, dentre os dirigentes da Balaiada, uma revolta que envolveu cerca de 20 mil pessoas, ocorrida de 1838 a 1841, destacou-se o Negro Cosme, um líder quilombola que lutou até a morte contra a opressão colonial. Alcântara, na época, já era terra quilombola e seus habitantes, certamente, envolveram-se na luta contra as tropas do genocida Duque de Caxias.

Foi esse espírito de luta que marcou a resistência contra o Centro de Lançamento de Alcântara (vide artigo) e, hoje, é fundamental para organizar a luta contra a entrega do território para os EUA ■

Eleições na Bolívia golpeiam planos do imperialismo

NESTE ARTIGO, ESCRITO ANTES DA ELEIÇÃO EM SEGUNDO TURNO, DE SÁNCHEZ DE LOZADA COMO PRESIDENTE DA BOLÍVIA, É ANALISADA A GRANDE VOTAÇÃO ALCANÇADA PELO CANDIDATO DO MAS, O DIRIGENTE *COCALERO* EVO MORALES. AS ELEIÇÕES DEMONSTRARAM A FORÇA DO MOVIMENTO OPERÁRIO E CAMPONÊS NO PAÍS

NO PALÁCIO Um dia após conquistar o segundo lugar nas eleições, Evo Morales, do MAS, foi recebido pelo presidente da Bolívia, Jorge Quiroga Ramírez, no Palacio do Governo, em La Paz.

JAIME GUTIÉRREZ E EMILIO MADRID,
Do Movimento Socialista dos Trabalhadores (MST), da Bolivia

No dia 30 de junho, a TV da Bolívia anunciava uma "surpresa" nas eleições presidenciais: a votação massiva de Evo Morales Ayma, do Movimento ao Socialismo (MAS), que obteve 21% dos votos e elegeu 35 parlamentares. Com este resultado, Evo disputa no Congresso, em 4 de agosto, a Presidência do país com Gonzalo Sánches de Lozada, candidato do principal partido burguês, o MNR (na Bolívia, quando nenhum partido alcança a maioria absoluta o Congresso escolhe entre os dois mais votados).

Semanas antes das eleições, a imprensa burguesa dava como certa a vitória de Manfred Reyes Villa, do partido de centro-direita NFR. Suas pesquisas apontavam o MAS em quarto ou quinto lugar. Após as eleições, os meios de comunicação e os partidos burgueses culparam o embaixador norte-americano Manuel Rocha de haver provocado um efeito bumerangue ao polarizar a votação, uma semana antes do pleito, declarando que se a população apoiasse Evo Morales perderia a "ajuda econômica" dos Estados Unidos. Mas, se as declarações tiveram efeito, foi porque já existia um contexto polarizado.

RESULTADOS REFLETEM LUTA DE CLASSES

A votação no MAS é a expressão eleitoral do processo de ascenso que vive a Bolívia no contexto das lutas latino-americanas contra os planos do imperialismo. As lutas, encabeçadas pelos camponeses *cocaleros* e progressivamente acompanhadas pelos setores do movimento operário e popular das cidades, não só conquistaram reivindicações, como também em várias ocasiões, ameaçaram seriamente a continuidade do governo de Banzer. Sequer as eleições estavam garantidas. Pois em junho de 2001, foi necessária a colaboração da Igreja Católica e das principais direções sindicais para acordar a realização do pleito, através da chamada "Ata de Entendimento".

> O MAS GANHOU EM QUATRO DAS CINCO CIDADES COM MAIOR PRESENÇA DE TRABALHADORES, INCLUSIVE NA CAPITAL, LA PAZ

Contudo, essa concessão não enfraqueceu a luta. Em janeiro e fevereiro deste ano, camponeses e *cocaleros* bloquearam as principais estradas e tiveram enfrentamentos com o Exército, conseguindo impedir a proibição do comércio da folha de coca e o processo judicial contra Evo Morales. Em março e abril, os professores fizeram tremer as ruas do país com suas manifestações por aumento salarial e em maio e junho, setores indígenas chegaram em marcha até La Paz em protesto contra a agressão a seus territórios por parte das transnacionais. A luta mais significativa foi a greve dos mineiros de Huanuni, que arrancou do governo a reestatização dessa mina e da empresa de fundição de estanho Vinto.

Foi nesse marco que ocorreu a votação em Evo Moralese, em menor escala, Felipe Quispe (do MIP, que obteve 6% dos votos e elegeu seis deputados). As massas expressaram nas urnas o que vinham fazendo nas ruas: seu rechaço à fome, ao desemprego, à entrega do país às transnacionais imperialistas e aos planos do FMI.

A QUESTÃO DO PODER

A votação do MAS não foi só *cocalera* e camponesa, como quer mostrar a imprensa burguesa, mas generalizada, aparecendo com força a votação operária e popular. O MAS ganhou em quatro das cinco cidades e províncias com maior presença de trabalhadores: La Paz, Cochabamba, Oruro e Potosí e obteve importante votação em Santa Cruz. Por isso, podemos dizer que os resultados são uma contundente vitória dos trabalhadores do campo e da cidade e um golpe nos planos do imperialismo e de seus servos nacionais.

Pretendeu-se utilizar essas eleições para desviar a atenção do ascenso e sanar a crise política da burguesia. Entretanto, os resultados eleitorais aprofundaram a crise pela divisão entre os partidos burgueses e o fortalecimento de uma corrente operária e popular forjada nas ruas e agora também expressa no Parlamento. As massas trabalhadoras, ao colocar Evo Morales e o MAS como a segunda força política do país, obrigaram a burguesia não só a disputar a Presidência no Congresso, como também apontaram objetivamente para a luta pelo poder real no período que se abre ■

MAS deve impulsionar luta e mobilização dos trabalhadores

A polarização social e política expressa nestas eleições pôs como questão atual a decisão de avançar para uma solução operária, camponesa e popular para a crise, ou seja, para o poder dos trabalhadores; ou retroceder diante da contra-ofensiva burguesa que, apesar da debilidade de seu governo, se prepara com todo o arsenal, inclusive com a possibilidade de golpe. Por isso, a tarefa central que tem de ser defendida no movimento operário e popular na etapa atual é organizar a luta por seu poder de classe.

O Movimento Socialista dos Trabalhadores (MST), que chamou os trabalhadores a votar no MAS, acredita que a tarefa fundamental de Evo Morales e seu partido não é chegar ao governo com o apoio de partidos burgueses ou constituir-se como simples oposição parlamentar, para "acumular forças" até as eleições de 2007, política que se percebe nas declarações de seus dirigentes, mas impulsionar a continuidade da mobilização das massas rumo à luta pelo poder dos trabalhadores.

Pensamos que, para levar adiante este combate, está na ordem do dia o chamado, por parte do MAS e também do MIP, a um Congresso das Organizações Camponesas, Operárias e Populares, para discutir a luta pelas necessidades assinaladas e um Plano de Ação que tenha como centro medidas de organização e mobili-zação, como a greve geral e a autodefesa das massas.

Neste momento, está colocado levantar a palavra de ordem de governo de Evo Morales e do MAS com as organizações operárias, camponesas e populares, sem burgueses e que aplique um programa de ruptura com o FMI, pelo não pagamento da dívida externa, rechaço à Alca, renacionalização das empresas com controle dos trabalhadores e recuperação do gás das mãos das transnacionais, entre outras ■

Campanha contra a Alca agita o mês de agosto

Quando este jornal estiver chegando nas mãos dos nossos leitores estaremos no encerramento da semana de mobilização da campanha contra a ALCA. Cerca de 10 milhões de jornais estão sendo confeccionados em todo o país para serem distribuídos nos locais de trabalho, bairros populares, locais de grande concentração como praças, mercados e estações de trem, metrô e ônibus, escolas e universidades durante todo o mês de agosto.

Os sindicatos da esquerda da CUT entraram pra valar na campanha, não só garantindo apoio político, mas inclusive matérial e financeiro. Para citar alguns exemplos, a ANDES vai rodar um milhão de jornais do plebiscito e a Fasubra outro milhão. Os Metalúrgicos de São José dos Campos, 200 mil. A Federação Metalúrgica de Minas Gerais, 200 mil. O Sindicato dos Previdenciários do Rio Grande do Sul, 200 mil.

Mas a semana de 5 a 12, além das panfletagens, foimarcada por manifestações e atos em todo o país. Dia 8, em São Paulo houve uma marcha no centro da cidade. Os metalúrgicos de Minas Gerais, no dia 9, atrasaram a entrada da Belgo Mineira colando a campanha salarial à semana de mobilização do plebiscito. Dia 08, no Ceará ocorreu uma grande marcha estadual contra a ALCA. No Rio Grande do Sul, nos dias 7, 8 e 9 houve acampamentos nas principais cidades, com a participação do MST. Em Belém, no dia 08, ocorreu o ato contra a entrega da base de Alcântara.

Na semana de 11 a 18 de agosto, ocorrerá a jornada contra a mercantilização da educação, tendo como eixo um grande ato em Brasília no dia 13. No dia 18, há uma grande caminhada pela orla marítima do Rio de Janeiro.

Inúmeras outras atividades estão sendo marcadas em todo o país até a realização do plebiscito que culminará no dia 07 de setembro com as manifestações do Grito dos Excluídos.

ORGANIZAR OS LOCAIS, AS URNAS E AS CÉDULAS DE VOTAÇÃO JÁ!

Desde já os sindicatos, entidades populares e estudantis devem definir os locais de votação, garantir a confecção das urnas e cédulas. Os comitês que existem ou ainda estão se formando nesta segunda fase da campanha precisam organizar e planejar a votação dos dias 1 a 7 de setembro. É possível não só repetir, mas superar os seis milhões de votos do plebiscito da dívida externa.

A apuração dos votos é outro aspecto importante. É preciso rapidez e agilidade na centralização dos votos, para que nos dias 17 e 18 de setembro estejamos em Brasília entregando o resultado final. Para viabilizar com sucesso todo o operativo deve-se adquirir o manual de votação com as coordenações estaduais da campanha ou com a Coordenação Nacional pelo fone (11) 3341.0201 ou pelo e-mail: jubileubrasil@terra.com.br

Mãos à obra!